



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 349/1963

Altera a cobrança do Imposto de Indústrias e Profissões e contém outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Imposto de Indústrias e Profissões têm como fato gerador o efetivo exercício de atividade comercial ou industrial, ou o exercício de profissão, arte ou ofício, com localização fixa e objetiva de lucro ou remuneração.

Parágrafo único. A incidência do imposto e sua cobrança independem:

a) do resultado financeiro pelo efetivo exercício de atividade;

b) do cumprimento de quaisquer exigências legais ou regulamentares relativas ao exercício de atividade, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 2º São isentos do imposto:

I – o teatro, circos e parques de diversões;

II – os vendedores ambulantes de jornais, revistas, livros e bilhetes de loterias;

III – as pensões familiares com até dois hóspedes.

Art. 3º O Imposto de Indústrias e Profissões será calculado sobre o movimento econômico do contribuinte, sobre o giro comercial gravado pelo Imposto de Vendas e Consignações, arrecadado pelo Estado, de conformidade com a seguinte tabela:

Até a importância de Cr\$ 500.000,00 por mês	0,5%
Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00	0,4%
Idem, idem de Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 5.000.000,00.	0,3%
Idem, idem de Cr\$ 5.000.000,00.	0,2%

Parágrafo único. No caso dos hotéis, pensões e cinemas, o cálculo será feito:

a) para os hotéis e pensões, sobre o movimento apurado para efeito de recolhimento do Imposto de Turismo e Hospedagem;

b) para os cinemas e outras casas de espetáculos ou diversões, sobre a receita bruta apurada para efeito de pagamento do imposto sobre Diversões Públicas.

Art. 4º Para as profissões liberais e demais atividades não especificadas nesta lei, vigorará o que determina o Decreto-Lei nº 237, de 30 de novembro de 1959, com o aumento de 20% (vinte por cento).



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 5º Até 31 de dezembro de cada ano, será preenchido uma declaração do cadastro municipal ou industrial contendo os seguintes dados:

1 – nome do contribuinte;

2 – nome da casa comercial ou fábrica;

3 – localização;

4 – se tem depósito fechado e onde;

5 – se o prédio ou prédios são próprios ou alugados, mencionado, neste caso, o nome do ou dos proprietários e os aluguéis pagos;

6 – espécie de atividade;

7 – se atacadista ou varejista;

8 – capital registrado ou em giro;

9 – número de inscrição;

10 – se tem escrita legal ou apenas fiscal;

11 – nome do contador;

Art. 6º De posse das declarações, será organizada uma ficha de lançamento para cada contribuinte, onde serão lançados os pagamentos, multas e montante do movimento comercial declarado.

Art. 7º A Fiscalização será exercida nos mesmos moldes da fiscalização estadual, não podendo o contribuinte sonegar a fiscalização municipal os livros e documentos que sirvam para apuração de quaisquer irregularidades, cobrando-se as diferenças porventura verificadas no exercício com um acréscimo de 20% (vinte por cento).

Art. 8º O pagamento do imposto se fará na Tesouraria da Prefeitura Municipal, até 20 (vinte) dias após o mês vencido.

§1º Os pagamentos efetuados após esse prazo e que se efetuam até 30 (trinta) dias após o mês vencido, serão cobrados com a multa de 10% (dez por cento), ou 20% (vinte por cento) se até 60 (sessenta) dias após.

§2º Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem que o contribuinte satisfaça o pagamento do imposto vencido, a dívida será obrigatoriamente inscrita no livro de Dívida Ativa, procedendo à cobrança executiva, inclusive do que for devido até a data da inscrição.

§3º O contribuinte que estiver em débito com a Prefeitura poderá a partir de 1º de janeiro de 1964, recolher as importâncias devidas no mês, cabendo à Prefeitura providenciar para que o mesmo regularize sua situação com os cofres municipais pelas dívidas inscritas até 31 de dezembro de 1963.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 9º Para facilidade de recolhimento do Imposto de Indústria e Profissões, a que se refere esta lei, os contribuintes apresentarão uma das vias de recolhimento do Imposto de Vendas e Consignações do estado de Minas Gerais, relativas a primeira e segunda quinzena de cada mês vencido, que lhes serão desenvolvidas imediatamente após o pagamento do Imposto de Indústria e Profissões.

Art. 10. Os casos omissos na presente lei serão resolvidos com aplicação do Decreto nº 237, de 30 novembro de 1959, da Legislação Municipal apropriada.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

MANDO, portanto, a todos, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Passa Quatro, 30 de novembro de 1963.

Dr. Manuel Alves de Castro
Prefeito Municipal

José Noronha Pereira
Secretário